INSTITUTO Búzios
SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL PARA AFIRMAÇÃO DA CIDADANIA

MÍDIA NEGRA E FEMINISTA

ANO XXII - EDIÇÃO Nº260 – NOVEMBRO 2026

O que muda quando lemos o Brasil pelo pensamento social negro



[Beatriz Nascimento. Imagem de projeção de sua possível aparência na atualidade. Gerada por IA em 06.11.2026]

Por Leonardo Belinelli, Luciana Mello e Valter Silvério – Os dois volumes da coletânea "Pensamento social negro" - "Os precursores" e "Crítica à razão mestiça" - convidam os leitores interessados no tema a refletir sobre questões fundamentais para a compreensão da história intelectual e política do Brasil: o que acontece quando alguém passa a ser reconhecido como intérprete do país? O que se modifica quando a experiência negra é reconhecida como lugar de elaboração intelectual e de imaginação política? Ao reunir trajetórias, obras e formas de intervenção pouco examinadas pelas narrativas disciplinares, a coletânea lançada durante o 50º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) (7 a 9 de outubro de 2026), permite escrutinar conjuntamente a história do pensamento social e do movimento negro no Brasil, evidenciando relações que normalmente ficam obscurecidas. A orientação crítica permite que outras reflexões sobre a formação brasileira – muitas enquadradas como literatura, militância, expressão cultural ou testemunho – possam ser percebidas como produtoras de um conhecimento valioso. Os dois volumes de "Pensamento social negro" colaboram nessa tarefa, ao mostrar como intelectuais negros dialogaram com interpretações consagradas e formularam problemas e conceitos capazes de alterar os termos desse diálogo. Por essa via, o reconhecimento de um pensamento social negro estabelece relações de complementaridade crítica com a tradição do pensamento social brasileiro. Há um terreno compartilhado: os autores examinados procuram compreender os problemas

econômicos, culturais e políticos de uma sociedade cuja formação esteve profundamente vinculada à escravidão. Exemplo disso é a noção de africanidades brasileiras elaborada pela educadora negra Petronilha Beatriz Gonçalves. Ela permite reconhecer a presença africana na formação do país e acompanhar suas recriações em condições históricas distintas, como já observou a antropóloga e ativista negra Lélia González (1935-1994). Leia o artigo na íntegra. Fonte: The Conversation Brasil.

O Brasil digitalizou a exclusão

Por Jéssica Balbino - Brasil não resolveu sua dívida histórica com a educação, apenas a tornou digital. Hoje, pedir um benefício, procurar emprego, movimentar dinheiro, preencher uma inscrição, enviar documentos, marcar um atendimento, acompanhar um processo e acessar informações públicas depende, cada vez mais, de uma tela. A promessa que acompanha essa transformação é conhecida: a tecnologia simplificaria processos, ampliaria acessos, eliminaria distâncias e democratizaria oportunidades. Mas democratiza para quem? No Brasil, 29% das pessoas entre 15 e 64 anos são analfabetas funcionais. Entre elas, 76% vivem em famílias com renda de até dois salários mínimos e 58% são pretas ou pardas. A desigualdade educacional brasileira, portanto, não é abstrata, tem classe, raça, cep, território e história. o que acontece quando o Estado e o mercado digitalizam a vida antes de garantir à população condições iguais de educação? Leia o artigo na íntegra. Fonte: Ação Educativa.

A segunda geração das ações afirmativas: da igualdade à governança antirracista

Por Ana Luisa Araujo de Oliveira e Jacyara Silva de Paiva - Em 1888, o Brasil aboliu juridicamente a escravidão. A Lei Áurea extinguiu o regime escravista, mas não promoveu reparação, nem assegurou acesso à terra, à educação, ao trabalho ou à cidadania para a população negra após mais de três séculos de escravização. A liberdade foi reconhecida pelo direito, enquanto a exclusão permaneceu estruturando as instituições da República. Mais de um século depois, a percepção social revela a permanência dessa desigualdade. Pesquisa realizada pelo Ipec, a pedido do Instituto Peregum e do Projeto SETA, mostrou, em 2023, que 81% dos entrevistados concordavam que o Brasil é um país racista, enquanto apenas 11% reconheciam ter atitudes ou práticas racistas. O dado evidencia uma dificuldade central para o enfrentamento do racismo: reconhecer sua existência sem necessariamente identificar seus mecanismos de reprodução. Foi nesse contexto histórico que os movimentos negros construíram parte significativa do atual marco jurídico da igualdade racial. Essa mobilização impulsionou a constitucionalização da igualdade material, a formulação das políticas de ação afirmativa, decisões do Supremo Tribunal Federal e compromissos internacionais, como a Convenção Interamericana contra o Racismo, incorporada ao ordenamento brasileiro pelo Decreto nº 10.932/2022. Durante décadas, o principal desafio das ações afirmativas foi conquistar reconhecimento jurídico. Hoje, o desafio é outro: garantir que os direitos reconhecidos produzam resultados concretos. Leia o artigo na íntegra. Fonte: Nexo.

Lobby negro: como o ativismo antirracista pauta o Congresso Nacional

Por Lorena Ifé - Coalizões que reúnem diversas organizações negras incidem sobre projetos que pautam segurança pública, reparação e direitos humanos na Câmara e Senado Federal. A prática de influenciar políticas públicas é chamada frequentemente de lobby, uma atividade não regulamentada no Brasil mas legal e respaldada pela Constituição Federal, que dispõe que todos são assegurados do “direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder”. Assim, quando realizado de forma ética e transparente, o lobby é considerado um instrumento legítimo de participação social e fortalecimento da democracia. Nesse contexto, há importantes iniciativas atuando a partir de redes para incidir sobre os três poderes, com pautas que priorizam raça, classe e gênero. Entre elas estão Coalizão Negra por

Direitos, uma das maiores articulações nacionais do movimento negro, que reúne mais de 300 organizações, movimentos e coletivos e atua na incidência política em defesa dos direitos da população negra; e a Rede de Justiça Criminal (RJC), uma coalizão estratégica que reúne nove organizações da sociedade civil dedicadas a reverter a lógica perversa do encarceramento em massa, da violência institucional e do endurecimento punitivista. Leia o artigo na íntegra. Fonte: Notícia Preta.

Lula vence o neofascismo em uma vitória histórica no Brasil

Na eleição de 2026, com a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) após uma virada histórica do primeiro turno, a única desde a redemocratização, Lula obteve 51,79 % (64.256.232) dos votos e Flávio Bolsonaro 48,21 % (59.826.041). O Presidente ampliou 10,4 milhões de votos do 1º para o 2º turno. Lula vence o neofascismo em uma vitória histórica sobre Flávio Bolsonaro (PL), herdeiro político do ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado. É eleito presidente pela quarta vez, tornando-se o primeiro brasileiro a vencer quatro eleições presidenciais pelo voto popular. Líderes mundiais de todo o globo celebram vitória de Lula. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou neste domingo (25.out.2026) que deve a vitória ao povo brasileiro, que chamou de "um exército da democracia". Lula declarou que a mobilização, coordenada pelo Deputado Federal André Janones (Rede-MG), não foi organizada por partido, sindicato, igreja ou por ele próprio, mas pelo povo para defender suas conquistas. O presidente constatou que as manifestações dos 100 dias anteriores foram as maiores já vistas no Brasil e que muitas ocorreram de forma espontânea. Em 11 de outubro, o PT estimou em 1 milhão o público na Avenida Paulista; imagens de drone mostraram pessoas ocupando oito quarteirões. No ato de encerramento, em 24 de outubro, a manifestação ocupou 14 quarteirões. Leia a matéria completa. Fonte: Fonte: STF, Revista Forum, GSW Brasil, Poder 360, Brasil de Fato, Forbes, Le Monde Diplomatique Brasil.

Quem tem medo do socialismo da Geração Z?

Por Elias Koenig | Tradução: Pedro Silva – O que martela na mente da classe dominante atualmente? Se as páginas da The Economist são um indicador confiável, é o espectro do "socialismo da Geração Z": o crescente apoio entre os jovens à taxação de bilionários, à socialização da economia e ao fim do genocídio em Gaza, como evidenciado pela popularidade de políticos como o prefeito de Nova York, Zohran Mamdani, o líder do Partido Verde da Inglaterra, Zack Polanski, ou o candidato à presidência francesa, Jean-Luc Mélenchon. Em meados deste ano, a revista dedicou uma edição inteira a "contra-atacar" essa "ameaça à prosperidade", convocando outros liberais defensores do livre mercado a "pararem de se desculpar" e a apresentarem uma "defesa mais incisiva do capitalismo". A verdadeira reação, no entanto, veio das ruas. Neste outono, testemunhamos uma onda de mobilizações em massa lideradas por jovens em diversos países europeus. Ao redor do mundo, movimentos de massa liderados pela Geração Z estão denunciando o aumento do custo de vida e a corrupção política, além de exigirem melhorias na educação, saúde e proteção ambiental. A Índia é um exemplo disso: no mesmo dia em que o editorial da The Economist foi publicado, dezenas de milhares de jovens manifestantes enfurecidos tomaram as ruas de Nova Déli, travando confrontos com uma força policial local desorientada e violenta, paralisando o centro da capital indiana. Os protestos foram desencadeados por declarações do presidente do Supremo Tribunal da Índia, Surya Kant, que comparou jovens desempregados a "baratas" e "parasitas" durante uma audiência na Suprema Corte. Inicialmente focado em melhorias no sistema educacional, o movimento ampliou sua plataforma para incluir demandas por reformas eleitorais e econômicas. Leia o artigo na íntegra. Fonte: Jacobin Brasil.

Quando a inteligência artificial ameaça a democracia: Big Techs, tecnofascismo e os desafios do Brasil

Por Carolina Parreiras – Em seu discurso, proferido durante a Cúpula Sobre o Impacto da Inteligência Artificial, realizada na Índia em março de 2026, o presidente Lula endereçou de forma clara a necessidade de que a discussão sobre inteligência artificial (IA) esteja atrelada à de democracia. De acordo com ele, "o painel científico internacional independente sobre Inteligência Artificial é o primeiro órgão científico global sobre o tema e reúne especialistas, fatos e evidências em suas manifestações. O Brasil defende uma governança que reconheça a diversidade de trajetórias nacionais e garanta que a inteligência artificial fortaleça a democracia, a coesão social e a soberania dos países". Esta ideia já aparecia, desde 2024, no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA). o PBIA reconhece os processos desiguais a partir dos quais a inteligência artificial é desenvolvida (e o papel das big techs, muito pouco reguladas e responsabilizadas) e utilizada (reconhece os vieses de raça, gênero, sexualidade, idade, classe social presentes em muitas destas ferramentas, bem como a necessidade de pensar em usos éticos e responsáveis desta tecnologia). Estamos diante do que vem sendo chamado de tecnofascismo, processo definido de modo bastante didático pela professora e feminista norte americana ligada à área da computação Catherine D'Ignazio como a aproximação cada vez maior das grandes empresas de tecnologia e seus CEOs de governos de direita e extrema-direita com agendas autoritárias e antidemocráticas. Cujo exemplo mais bem sucedido pode ser encontrado no segundo governo de Donald Trump. Leia o artigo na íntegra. Fonte: The Conversation Brasil, Jacobin Brasil, Outras Palavras.

Um plano para vencer a censura digital

Por Thiago Skárnio - Nos últimos meses, jornalistas, sindicatos, veículos independentes e movimentos sociais têm denunciado uma escalada de remoções de conteúdo, bloqueios de perfis e restrições de alcance nas grandes plataformas digitais. Somente a organização CTRL+Z reuniu mais de mil denúncias envolvendo as redes da Meta. Decisões judiciais controversas e algoritmos opacos estão, na prática, limitando a circulação de informações e silenciando vozes críticas. O problema não é apenas a desativação arbitrária. Todos os dias, influenciadores, organizações e governos têm suas contas canceladas ou seu engajamento reduzido por decisões unilaterais das grandes plataformas, sem aviso e sem recurso. Ocupar essas mídias é necessário, mas depender exclusivamente delas é um risco. Os algoritmos não são neutros. Operam pelas diretrizes comerciais das próprias plataformas e tendem a engajar o discurso polêmico, empurrando temas complexos para as margens e comprometendo a qualidade do debate público. Organizações lançam manual de três estratégias para jornalistas e perfis progressistas ampliarem seu conteúdo sem as travas das big techs. A Alquimídia, uma organização sem fins lucrativos dedicada ao fomento de uma Cultura Digital mais livre, ética e sustentável elaborou com o apoio de coletivos do Fediverso uma proposta de um Plano de Contingência Digital com o objetivo de reunir tecnologias de comunicação abertas e boas práticas para que quem defende a democracia não fique refém de infraestruturas que não controla. A base desse plano é a autonomia: a capacidade de governos, instituições, coletivos e cidadãos gerirem sua própria infraestrutura tecnológica, mantendo controle pleno sobre seus dados, comunicações e identidade digital, sem depender de plataformas privadas centralizadas. Leia o artigo na íntegra. Fonte: Outras Palavras.

A esquerda precisa gerar um senso de pertencimento

Entrevista Jorge Resina | Tradução: Pedro Silva – Durante grande parte do século XX, a classe trabalhadora constituiu o principal sujeito político da esquerda. Mas as transformações do capitalismo, a precariedade do emprego e o enfraquecimento dos sindicatos, partidos e outros espaços de socialização alteraram profundamente esse mundo. Os feminismos, as lutas

indígenas e antirracistas, o ambientalismo e as dissidências sexuais ampliaram os sujeitos políticos da esquerda. Em entrevista a Mariano Schuster para a revista Jacobin, o cientista político espanhol Jorge Resina reflete sobre a transformação da classe trabalhadora, as tensões entre redistribuição e reconhecimento, os limites da hiperliderança, a perda de uma perspectiva internacionalista e a eficácia da batalha cultural da extrema direita. Diante de uma esquerda presa entre a nostalgia, a fragmentação e a urgência das eleições, ele propõe a reconstrução de laços, comunidades e formas de pertencimento capazes de sustentar um projeto político de longo prazo. Leia a entrevista na íntegra. Fonte: Jacobin Brasil.

Instituto Búzios, e a "Midia Negra e Feminista

Fundado em 2003, o Instituto Búzios tem mais de duas décadas de atuação na produção intelectual antirracista e anticapitalista. Segundo sites de pesquisa online na internet, é uma referência fundamental para quem busca formação política e debates densos sobre a interseção entre raça, classe e gênero.

O site da instituição abriga as ações da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, entidade nacional sem fins lucrativos. Baseada em Salvador-BA, tem secção no Rio de Janeiro-RJ. O portal serve para divulgar os projetos, pesquisas e articulações da instituição e dos movimentos sociais.

A "Mídia Negra e Feminista" - boletim eletrônico nacional de periodicidade mensal. A publicação lançada em 2004 tem enorme importância histórica e intelectual. O foco é artigos de opinião, ensaios teóricos, análises políticas profundas e preservação da memória negra no Brasil.

EXPEDIENTE

MÍDIA NEGRA E FEMINISTA

Publicação nacional digital online

Periodicidade: Mensal

EDITOR

Valdisio Fernandes

EQUIPE

Allan Oliveira, Ana Santos, Atillas Lopes, Ciro Fernandes, Davino Nascimento, Denilson Oliveira, Enoque Matos, Flávio Passos, Glauber Santos, Guilherme Silva, Graça Terra Nova, Jeane Andrade, Josy Andrade, Josy Azeviche, Leila Xavier, Lidia Matos, Luan Thambo, Lúcia Vasconcelos, Luciene Lacerda, Lucinea Gomes de Jesus, Luiz Fernandes, Marcele do Valle,

Marcos Mendes, Mariana Reis, Mônica Lins, Naira Silva, Patricia Jesus, Ronaldo Oliveira, Poliana Silva, Roselir Baptista, Silvanei Oliveira, Tamiris Rizzo.